

Existem alternativas para a crise brasileira. E existem também fórmulas que, caso aplicadas, farão com que a conta seja paga por outros segmentos da sociedade. De qualquer forma, muita coisa precisa mudar, inclusive o combate à inflação

Alternativas para a **CRISE**

No debate promovido pelo Correio Braziliense e pela TV Brasília, professores, economistas, senadores e ex - ministros, de opiniões bastante diversas, apontaram as saídas para a economia brasileira, a começar pelo entendimento político

Economia exige solução política

Não apenas existem caminhos alternativos para se tratar da crise econômica brasileira como, a se manterem as metas atuais, existem fórmulas capazes de distribuir de forma diferente a conta a pagar. Isso foi o que demonstrou o debate organizado pelo Correio Braziliense e pela TV Brasília entre os senadores Roberto Campos, Severo Gomes e Roberto Saturnino, os professores Dercio Garcia Munhoz e Lauro Campos, da Universidade de Brasília, e o economista Paulo Roberto Niccoli, da Secretaria do Planejamento. Pelo Correio, participaram os jornalistas Tarcisio Hollanda, Eduardo Brito e Arnolfo Carvalho.

Em menos de dez dias, três documentos apontaram, para enfrentar a crise, rumos bastante diversos do que vem sendo adotado pelo governo. Os dirigentes empresariais apresentados como mais representativos do setor encaminham ao Planalto uma série de críticas e sugestões, endossadas depois por inúmeros outros empresários. O presidente em exercício, Aureliano Chaves, recebeu os dirigentes para um exame dos problemas que levantavam. Depois, o ex-ministro Roberto Campos pronunciou na Associação Comercial de São Paulo um discurso que constituía uma espécie de memorial liberal, em temática poucos dias depois retomada por outro ex-ministro, Octavio Gouvêa de Bulhões. Finalmente, o presidente do maior partido de oposição, o deputado Ulysses Guimarães, levou à tribuna da Câmara um detalhado programa elaborado pelo PMDB.

Para um exame pormenorizado da crise, o Correio e a TV Brasília convidaram um senador do PDS, Roberto Campos, um do PMDB, Severo Gomes — ambos ex-ministros —, e um do PDT, Roberto Saturnino. Os três parlamentares figuram, sem dúvida, entre os mais capacitados para uma discussão dessa natureza. Convidaram também um técnico da Seplan, que preside a mais importante comissão já constituída para o exame do problema da estatização, o economista Paulo Niccoli. E convidaram ainda dois conceituados professores universitários, ambos do Departamento de Economia da Universidade de Brasília, Dercio Garcia Munhoz e Lauro Campos. A integral do debate que travaram é a seguinte:

O Correio Braziliense e a TV Brasília tomaram a iniciativa de promover uma série de debates a respeito da crise brasileira, convidando personalidades dos mais diversos campos da atividade nacional para debater os temas palpitantes da atualidade nacional, que vão desde a crise econômica, a crise financeira, os problemas sociais decorrentes dessa crise, da hiperinflação, até os problemas políticos e institucionais que constituem, hoje, objeto de preocupação não só dos homens públicos, dos estadistas deste País, mas do homem da rua, do mais simples cidadão. Hoje a TV Brasília e o Correio Braziliense trouxeram a um grande debate, a respeito de três temas de grande importância na atualidade brasileira, os senadores Roberto Campos, do PDS de Mato Grosso, Severo Gomes, do PMDB de São Paulo e Roberto Saturnino, do PDT fluminense, todos três, com grande intimidade em relação aos problemas econômicos do País. Além disso, duas expressões da vida acadêmica brasileira, os professores Dercio Garcia Munhoz e Lauro Campos, e ainda o dr. Paulo Roberto Niccoli, presidente da Comissão Especial de Desestatização, vinculado à Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Aqui, para entrevistá-los, estão o editor de Economia do Correio Braziliense, jornalista Eduardo Brito, e o repórter Arnolfo Carvalho.

Os três documentos básicos que constituem os pontos principais deste debate, embora eles enfoquem uma infinidade variada de temas, vão desde o projeto liberal para solução da crise brasileira, apresentado numa conferência na Associação Comercial de São Paulo pelo senador Roberto Campos, até um manifesto recente, lançado pelos empresários brasileiros — entre os quais estava o senador Severo Gomes, aqui presente — para debelar a crise econômico-financeira e os problemas sociais que todos reconhecem como gravíssimos. Além disso, o discurso importantíssimo, pronunciado na última quinta-feira na Câmara dos Deputados, depois de dez anos de silêncio, de afastamento da tribuna, por essa figura tradicional e respeitável da política brasileira que é o presidente Nacional do PMDB, deputado Ulysses Guimarães.

Correio — Três documentos foram lançados recentemente como uma alternativa à política econômica adotada pelo Governo Federal. Os três documentos apresentam enfoques bastante diferentes entre si, mas têm um ponto em comum: eles fornecem propostas e alternativas concretas para isso. O mais recente deles foi lançado pelo presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, no pronunciamento feito na semana passada na Câmara dos Deputados. E é também um documento que fornece propostas mais radicais com relação ao problema da dívida externa brasileira. O programa propõe o abandono das negociações presentes com o FMI, e a declaração de uma moratória unilateral por parte do Brasil.

Gostariamos de dirigir as primeiras perguntas ao senador do PMDB e ex-ministro Severo Gomes, perguntando a ele em que medida esse tipo de providência seria melhor para a população brasileira, melhor do que as propostas até agora levadas a efeito pelo Governo Federal?

Severo Gomes — A primeira questão é a de que o País precisa recuperar a capacidade de gerar políticas, de acordo com o interesse nacional, de acordo com o interesse dos diferentes grupos que hoje vivem e trabalham dentro do País. E a situação atual, de negociação com o Fundo Monetário Internacional, impõe o que? Que tudo se resolva a partir das imposições do Fundo Monetário Internacional, com relação à nossa política financeira, a política salarial, lei de remessas de lucros, enfim, tudo que constou da Carta de Intenções ao FMI e que vem se desdobrando por aí abaixo. Então, essa é a questão central: recuperar essa capacidade. Nós já estamos hoje, praticamente, na moratória. Mais ainda, estamos sofrendo as consequências de quem tivesse declarado moratória unilateral. Nós não temos crédito externo, estamos com atrasados de mais de dois bilhões de dólares, sem nenhuma liberdade de

ações, de comprar, de arrumar internamente, e diante de políticas que estão levando ao desemprego, à recessão, à destruição do nosso parque produtivo. Então, essa é a questão central: decretação da moratória, o País se mobilizar, unido, para resolver as suas questões, a partir do seu interesse. E moratória até para negociar, porque só a partir dessa declaração de moratória soberana, é que, aí sim, o sistema financeiro internacional, o FMI, sentará para discutir uma nova ordem econômica internacional, em que se possa compatibilizar aquilo que é fundamental interesse da grande maioria.

Correio — Não falta quem acene com a possibilidade de uma moratória ser acompanhada por consequências terríveis para a população brasileira, como suspensão do fornecimento de petróleo e suspensão de todas as demais importações necessárias à condução da vida normal do País. O sr. acredita que isso aconteceria?

Severo Gomes — Hoje nós já estamos, como eu disse, sofrendo todas essas consequências, estamos apertados com relação ao petróleo, com relação às importações; o Banco Central teve que tomar medidas para concentrar todos os negócios cambiais para poder administrar o dia-a-dia, enfim, nós temos é que dar este passo, temos que quebrar os ovos para fazer o omelete. Se nós quisermos continuar a discutir com eles, eles discutem dentro da sua lógica, que é a lógica do Fundo Monetário, que é a lógica do sistema financeiro internacional, que pretende o que? Manter o mesmo tipo de relacionamento do País com os países centrais. E essa lógica é a lógica em que eles, na crise, só têm uma maneira: é nos espoliar mais e mais, como estão fazendo, com as taxas de juros, com as relações de troca e com tudo isso que leva o País para a situação acabrunhante que estamos vivendo.

Correio — O que o Senador Roberto Campos pensa a respeito da proposta do ex-ministro Severo Gomes?

Roberto Campos — Em primeiro lugar, eu não concordaria com a expressão “imposições do Fundo Monetário Internacional”. O que se está discutindo é um projeto de solvência, é um programa para combater a inflação e tornar o Brasil solvente. Muitos economistas brasileiros, antes de qualquer contato com o Fundo Monetário Internacional, consideravam prioritária a tarefa de combater a inflação. Infelizmente, há várias maneiras de cair na inflação, e só há uma maneira de dela sair. E isso que indica a experiência universal. A inflação provoca deformações no aparelho produtivo, altera o comportamento dos agentes econômicos e não há meio nenhum de se alterar a estrutura de produção ou de se mudar o comportamento dos agentes econômicos, sem o que, na literatura econômica internacional, se chama a “crise de estabilização”. Por ela passaram todos os países que lograram êxito no combate à inflação. Eu desafiaria mesmo qualquer membro da Mesa a me indicar um exemplo histórico, em qualquer Continente, de qualquer País, que tenha conseguido controlar uma inflação de mais de 100%, sem atravessar uma crise de estabilização. Essa forma de romper com o Fundo Monetário para readquirir liberdade de manobra me deixa um pouco perplexo. Liberdade de manobra para quê? Para fazer mais inflação? Já a temos suficiente.

Severo Gomes — Todos nós queremos combater a inflação. O que não queremos é que o arrocho salarial continue. Não queremos jogar a população do Brasil no desemprego e na desgraça.

Roberto Campos — Você não quer combater a inflação coisa nenhuma. Pois combater a inflação sem mudar o comportamento dos agentes econômicos e corrigir as deformações estruturais trazidas pela inflação, significa apenas renunciar ao combate à inflação. Outro vez que se tornou moda é atribuir-se a recessão aos entendimentos com o FMI. Mas a recessão começou antes, começou em fins de 80, e se intensificou aceleradamente em 81. Nós só começamos a negociar com o Fundo Monetário Internacional em outubro

Juvenal Shintaku



No debate, entre os jornalistas do Correio, Lauro Campos, Dercio Munhoz, Severo Gomes, Roberto Saturnino, Roberto Campos e Paulo Niccoli

de 1982, na esperança de que, através de um programa de estabilização apoiado numa contribuição financeira internacional, do Fundo e dos bancos, nós conseguíssemos condições melhores para combater a inflação, sem o mesmo grau de sacrifício que seria necessário, se não tivéssemos esse auxílio. Em que o fato de romper com o Fundo Monetário Internacional auxilia no desenvolvimento do País? Não auxilia nem no combate à inflação, nem na retomada do desenvolvimento. Promover o desenvolvimento é função de investimentos. Será que o rompimento com o FMI encorajará os investidores privados a investir? Não! Com inflação de 100% não se investe. Será que encorajará os investidores estrangeiros? Não, esses fugirão, por causa da desvalorização cambial. Será que o rompimento com o Fundo Monetário encorajará o Governo a investir mais? Talvez. Mas, então, nós teríamos mais inflação, resultante da expansão do dispêndio público financiado inflacionariamente. Não vejo, portanto, nenhuma vantagem no rompimento com o Fundo Monetário Internacional a não ser acariciar um pouco a nossa vaidade.

Severo Gomes — Aí você está sendo tremendamente injusto, imaginando que nós queremos acariciar a nossa vaidade. Mas, de qualquer maneira, os economistas estão aqui para aceitar o desafio que você fez.

Dercio Munhoz — Não posso concordar com as colocações de Roberto Campos porque eu sou partidário, e tenho escrito nesse sentido, desde antes de firmarmos o acordo com o Fundo, eu era partidário que nós não fizéssemos qualquer acordo. E quando assinarmos o acordo no dia 6, no dia 9 eu escrevi alguma coisa na imprensa, dizendo porque era inaceitável a carta, que eu chamava “Carta de rendição”, e, depois, nos entendimentos futuros tive a convicção de que se trata de rendição de fato. E a prova os jornais trouxeram recentemente quando os representantes do Fundo estavam dentro do Palácio, aguardando que os documentos fossem assinados para eles voltarem para Washington. Mas, discordo do Senador e por ele diz assim: “Nós tivemos a recessão sem ir ao Fundo”. Sim, nós fizemos o programa do Fundo sem o Fundo, numa tentativa de não assinarmos com o Fundo por razões políticas, eleitorais. Agora, nós fomos ao Fundo no início do ano. Por que a inflação passou de 100 para 120, 130, 140 e 150% e vai a duzentos ou mais? Pura e simplesmente porque o programa do Fundo é de desestabilização, ele tem um custo que somo e posso mostrar aos senhores...

Roberto Campos — Porque não começou a ser aplicado, nós não cumprimos nenhuma das metas.

Dercio Munhoz — Apenas uma linha da carta de intenções, digamos, que representa aumento real no preço dos combustíveis, custa 5 bilhões de dólares ao sistema produtivo brasileiro; o aumento da carga tributária de 2% custa seis bilhões de dólares; a desvalorização cambial custa 36 bilhões de dólares...

Roberto Campos — Custa, mas alguém estava pagando isso. Esse custo já existia, será apenas agora redistribuído diferentemente. Anteriormente, era pago por tributos ou por inflação — que é o mais injusto dos tributos: agora será pago pelo consumidor ou pelo usuário.

Dercio Munhoz — ...custo produtivo. Que está se dirigindo hoje para comprar dólares aos novos preços...

Roberto Campos — Subitamente há 5 bilhões de dólares na economia que ninguém paga...

Dercio Munhoz — Não, ninguém estava pagando, é uma medida clássica esta de aumentar os preços reais do petróleo, e alguém vai pagar; a inflação está resolvendo esse problema e a inflação vai desestabilizar o País. Agora, o que é a crise de desestabilização? A crise de desestabilização é isso: é jogar componentes de custo num processo perverso de transferência de renda e depois o sistema se desestabiliza economicamente e as elites dizem que é uma bagunça, e chamam o quê? Realmente um sistema de força e a crise de desestabilização é isso. Agora, eu pergunto assim: como é que os países saem, com um sistema político aberto, de uma crise de desestabilização? A crise de desestabilização provoca problemas e dados irreversíveis aos países. Agora, quais os nossos problemas para irmos ao Fundo? Primeiro, a dívida externa,

e nós sairemos das negociações com um grau de insolvência ainda maior ou igual. Por quê? Porque nós estamos insolventes, só de juros devemos US\$ 2 bilhões atrasados e somos o primeiro da fila: devemos US\$ 2 bilhões. Nós estamos com um débito de US\$ 4 bilhões atrasados. Segundo, o desemprego crescente, e o programa do Fundo aprofunda o desemprego, e a inflação acelera.

Roberto Campos — A inflação é que agrava o desemprego...

Dercio Munhoz — A inflação é provocada pelo problema de desestabilização. Então, o programa do FMI eu acho danoso, e acho que para o Brasil não dá solução: ou nós saímos do programa do Fundo e partimos para um programa — aí eu concordo com o Senador — um programa para discutir os problemas da economia brasileira: o que nós queremos para o futuro não é um programa de des-governo, é um programa para se discutir e se implantar. Agora, não há necessidade — e há toda uma conveniência — de que não seja esse tipo de programa que aí está.

Correio — O Senador Roberto Campos colocou a questão de inflação como a central. Afinal de contas, Senador, quem é que ganha com a inflação brasileira?



Severo Gomes

Romper com o FMI não traria efeitos piores que estes. Temos que quebrar os ovos para fazer a omelete

Roberto Campos — Certamente não ganham as classes assalariadas, e isso é a minha preocupação. Quando a gente fala em preservar o salário real do trabalhador, quando a gente fala em justiça social a primeira coisa a apontar são os danos que a inflação causa ao tecido social e às classes assalariadas. Várias classes, emergencialmente, ou acidentalmente, podem ganhar da inflação. O setor financeiro às vezes ganha da inflação, quando a inflação toma a forma de investimentos imobiliários, o setor de construção é o beneficiário (o que presentemente não ocorre, pois o setor está até deprimido). Não há uma sintomática única de inflação. O problema da inflação é que se injetam fluxos de expansão monetária que beneficiam setores individuais e levam esses setores a uma superexpansão. Um dos setores, por exemplo, que até recentemente se beneficiou, foi o setor de bens duráveis de consumo, porque ali foi injetado o fluxo monetário. No momento, é muito difícil dizer qual o setor beneficiado. Uma coisa é certa. O setor assalariado é o grande punido pela inflação.

Lauro Campos — O problema da inflação me parece mais complexo do que parece à primeira vista. Trata-se do seguinte: não podendo aprofundar muito a questão, eu gostaria de lembrar uma expressão do Bernard Shaw, em um trabalho seu sobre Napoleão — “O Homem do Destino” — em que ele diz que “os ingleses são homens de princípios”. Baseados nos princípios imperialistas eles escravizaram o resto do mundo; baseados nos princípios comerciais eles roubaram os outros países;

baseados nos princípios monárquicos eles aplaudem os seus reis; baseados nos princípios republicanos, eles enforcam os seus soberanos. De modo que os homens de princípios, assim como os ingleses, são muito perigosos, principalmente quando os princípios são fáceis de serem obtidos, diante dessa pluralidade, dessa gama muito grande de princípios. Nós vimos, estou bastante velho para já ter visto, como os princípios liberais da UDN promoveram a Revolução de 64, em nome do combate à inflação, em nome da democracia, e nós tivemos vinte anos sem eleição, em nome dos princípios democráticos. Em nome do combate à inflação se promoveu um arrocho salarial, se promoveu a intimidação sindical, em nome do combate à inflação. E agora se afirma que a única solução é estabilizar os preços, a fim de que os salários não sejam corroídos. E para que se estabilizem os preços tem que se promover a corrosão salarial, o arrocho salarial, o Decreto-lei 2.045 e outras medidas impostas pelo FMI, a fim de que o excedente interno seja sugado a preço vil pelos nossos caríssimos vizinhos, pelos nossos caríssimos amigos do Norte e de outras potências externas. De modo que este País que está exaurido, diante desse processo prolongado que nos levou de uma situação bastante tranquila — que nós tínhamos em 1946 — a essa dualidade de cem bilhões de dólares de dívida externa, diante da qual qualquer esforço interno de redução de consumo — de aumento do preço da carne para aumentarmos os excedentes exportáveis, de aumento do preço do café para aumentarmos os excedentes exportáveis — se torna inútil. De modo que a inflação é essencial para que nós mantenhamos as nossas relações de dependência externa, porque sem o aumento do preço, sem a inflação, nós não podemos conseguir o excedente exportável necessário para que a receita de exportação seja sequer suficiente para pagar os juros deste nosso endividamento, dessa nossa posição muito pouco vertical, a que o processo de crescimento dependente e integrado nos submeteu.

Correio — Quem pagou e quem paga mais pela inflação? O custo real da inflação, quem é o responsável por ele? O professor Lauro Campos tocava neste tema e o embaixador Roberto Campos pediu um aparte.

Roberto Campos — O meu aparte é sobre outro assunto. Verifico, com alguma surpresa, que o discurso do Presidente Ulysses Guimarães indica apoio a uma das teses do Fundo, o que parece bizarro. Em seu discurso ele advoga uma adequação do salário médio real em função de um aumento da produtividade média da economia. Como a produtividade média da economia baixou nos últimos três anos, pelo simples fato de que tivemos um produto bruto negativo e tivemos uma população crescente, segue-se que ele está advogando, se extraídas das condições, essas ilações lógicas de sua postulação, segue-se que ele está advogando uma redução do salário médio real para refletir a redução da produtividade média real da economia. E verifico também com surpresa que o professor Munhoz difere da postulação do PMDB. O PMDB está postulando uma redução dos subsídios, exatamente aquilo que o Fundo Monetário advoga: explicitamente, no discurso do Deputado Ulysses Guimarães se advoga “uma redução gradativa e seletiva dos subsídios em função da modificação dos preços relativos”. Em outras palavras, se ele realmente quer uma modificação de preços relativos, ele está também advogando o expurgo, que é a única maneira de fazer com que vingue essa modificação de preços relativos. De outra maneira, a reciclagem da renda através da economia impediria a mudança dos preços relativos. São duas constatações para mim interessantes. Mas o professor Munhoz, para mim, não respondeu a pergunta crucial: qual o País do mundo, e em que época, conseguiu curar uma crise inflacionária de 100%, sem um doloroso transe de estabilização?

Dercio Munhoz — Eu gostaria de tentar responder nos seguintes termos: normalmente nós temos programas ortodoxos de estabilização; às vezes se seguem a programas menos ortodoxos. Os problemas dos menos ortodoxos é que eles contrariam os dogmas, contrariam as instituições internacionais e contrariam os países que dão apoio político

a países com problemas, países do Terceiro Mundo. Então, nós observamos que jamais se conseguiu algum tipo de programa de estabilização que não fosse ortodoxo, porque logo há um tipo de desestabilização política — às vezes política, outras vezes a desestabilização se deu, a história mostra, pelas armas. E com isso se consegue um governo e os meios formadores de políticas que sigam os padrões ortodoxos.

Roberto Campos — Mitterrand tentou, na França, um programa não ortodoxo, e hoje se arrependeu.

Dercio Munhoz — Não, o Mitterrand tentou um programa de distribuição. Eu não estou dizendo que existem programas de distribuição, as esquerdas acho que têm cometido muitas coisas, como no próprio Chile, onde se procurou dar via salário uma redistribuição. Não estou dizendo que os programas fossem viáveis, estou dizendo que este não é viável, porque ele desestabiliza os países, e que se pode fazer alguma coisa. Não na tentativa de reduzir horas de trabalho, de repente, a menos que a economia esteja crescendo em produtividade, mas pode-se fazer alguma coisa. Agora, eu digo o seguinte: num determinado momento, que temos uma inflação de 100%, temos que partir de programas que reduzam essa inflação e esse era o caminho, mas jamais um programa como o do Fundo, que acelera a inflação pura e simplesmente, porque estamos usando instrumentos relativos. E eu também me surpreendi, com o documento do PMDB — estou de acordo com o Senador. Só que essa mudança de preços relativos se faz via inflação, na verdade provocando a inflação, e alocando dos assalariados. Essa política que o senhor defende, do Fundo Monetário Internacional, ela exige uma perda de salários reais de 30%. Para quê? Para absorver a conta do programa de estabilização. Eu defendo os subsídios, de fato, que o PMDB critica, e o senhor critica e outros têm criticado. Por quê? Porque não posso concordar com um programa de retirar subsídios da agricultura, que vai representar, segundo as estimativas oficiais uma economia de 600 bilhões de cruzeiros, e desestruturar a economia agrícola e assim mandar uma conta pesada para os trabalhadores urbanos. Mesmo porque este País gasta 1 trilhão e duzentos bilhões de cruzeiros por mês em especulação financeira, com os seus títulos, e não quer gastar 600 milhões num ano para sustentar a agricultura — uma agricultura que, afinal, responde por mil coisas, entre elas uma geração de 10 bilhões de dólares de receitas de exportação.

Roberto Campos — Alguém está pagando esses bilhões de subsídios. Inexistem milagres. Alguém estava pagando a conta. Apenas agora os usuários vão pagar. E antes o contribuinte estava pagando indiretamente e injustamente.

Dercio Munhoz — Não, não estava. No caso da agricultura não estava.

Roberto Campos — Sem comer pão, sem usar combustível, em escala significativa, ele estava pagando os subsídios para as classes ricas, que são as principais beneficiárias do subsídio. Não há milagres. Apenas a redistribuição era diferente. Ele pagava como contribuinte ao invés de pagar como usuário. O que se quer agora é que o usuário pague diretamente aquilo que consome. E que se desonere os inocentes que nem consumiam petróleo, em quantidade apreciável, e nem consumiam pão em quantidade apreciável. Por que é que os pobres devem pagar pelo rico, somente através de tributo e inflação, pelo barateamento de produtos que os ricos são os principais consumidores?

Roberto Saturnino — Eu gostaria de entrar um pouco nessa questão também, sobre a alegação do senador Campos de que é preciso ter alguém que pague pelo custo do combate à inflação. Claro que combater a inflação é gerar algum tipo de crise, algum tipo de crise porque a inflação é sobretudo um processo de disputa por fatias de renda. E, como disse o professor Lauro Campos, quase sempre a inflação se desencadeia porque há uma tentativa de aumento no salário real e há uma bruta reação por parte do empresariado, por parte dos setores financeiros,

Alguém pagará a conta, com certeza

para não deixar que os assalariados ganhem um aumento de salário real. A inflação é sobretudo uma disputa por fatias da renda global gerada dentro do país. A decisão de combater a inflação é de passar a fatura para alguém, é uma decisão política de determinar quem ganha e quem perde. O governo, no seu programa, e o Fundo Monetário também, nas suas exigências, querem que a fatura seja passada para o assalariado — Decreto-lei 2.045, cortando-se 20% dos salários dos trabalhadores. Acho que poderia se escolher outro caminho. Eu, por exemplo, vejo quatro pontos, em que se poderia começar pelo combate à inflação: se poderia instituir uma tributação mais pesada sobre ganhos de capital, sobre heranças, sobre patrimônio, isto é, passar uma boa parte da fatura para quem ganhou mais com esse modelo econômico vigente. Quem pode deve pagar nesta hora. Poderia se conseguir algumas centenas de bilhões de cruzeiros, por via da tributação, sobre ganhos de capital, sobre heranças, sobre patrimônios. Poderia se desvalorizar de alguma forma essa dívida interna colossal, que gera um dispendio imenso nos orçamentos públicos para pagar a correção monetária, correção cambial e juros elevadíssimos dessa dívida; poderia se adotar uma fórmula de redução do valor real dessas dívidas, e por conseguinte passar uma parte da fatura para os detentores desses títulos; ao sistema bancário, em grande parte, mas também a alguns capitalistas nacionais que tomaram esses títulos. Se poderia passar uma parte da fatura para os especuladores; se poderia, por exemplo, enxugar ou mesmo reduzir drasticamente as atividades do "open marketing" e cortar por aí esse fator especulativo que, a meu ver, é um dos motores principais desse processo inflacionário; se poderia tabelar os juros, o Governo até chegou, engraçado, a tabelar os juros e uma semana depois destabelou. Quer dizer, passar uma parte da fatura para os banqueiros, que talvez foi o segmento social que mais ganhou nesse processo. Se poderia estatizar os bancos — é uma posição do meu Partido: estatizar os bancos e por esse lado também cortar uma boa parte da especulação. O professor Dercio tem razão, não tem sentido nenhum cortar subsídios à agricultura, mas o subsídio à exportação é uma conta sem teto no orçamento monetário. Claro que isso é a sociedade, é o pobre povo faminto do Ceará, que está pagando o consumo dos ricos, povos da América do Norte e da Europa, que importam os nossos produtos subsidiados, pagos por esse pobre povo brasileiro. Claro, quem ganha com isso? Os exportadores, que de certa forma são os que ganham e pelo menos mantêm a sua fatia da renda inalterada. Então, por aí se vê que se pode combater a inflação determinando perdas em setores da sociedade que ganharam mais e que poderiam agora pagar a fatura. Mas não! Mais uma vez, por exigência do Fundo Monetário, por subserviência do Governo Federal, da sua política econômica, passa-se a fatura para o trabalhador, para o assalariado, corta-se 20% dos salários e vamos ver o que dá. E isso que objetamos. Que alguém tem que perder, está claro que tem que perder. Não se combate a inflação senão determinando uma perda, isto é, determinando quem, politicamente, vai pagar a fatura. A questão é que nós defendemos uma parte da sociedade e o Governo — e não sei se o senador Roberto Campos — defende a outra parte, que é também defendida pelo Fundo Monetário. E uma questão política, é uma questão de lealdade política, de compromissos políticos.

Correio — Professor Paulo Nicolli, o que o senhor acha da estatização dos bancos, o senhor que é o presidente da Comissão Especial de Desestatização?

Roberto Saturnino — Se ele disser que é a favor ele estará demitido amanhã...

Paulo Nicolli — Nós estamos desenvolvendo, há exatamente dois anos, um programa que visa basicamente a desestatização da nossa economia, visa fazer com que o Estado reflua às suas fronteiras originais, ao mesmo tempo em que estamos procurando demonstrar à sociedade como um todo as vantagens administrativas e econômicas deste programa. Não se trata de um auto de fé contra as empresas estatais, ou contra determinada empresa estatal. Nós sabemos que há necessidade de entidades estatais num processo econômico como indutoras de um processo de desenvolvimento. Mas o que nós estamos procurando é levar a bom termo um trabalho de racionalização desse universo de empresas estatais. Nós acreditamos que houve realmente uma proliferação, principalmente nos últimos vinte anos, de entidades estatais. E esse trabalho que acreditamos e que deveremos levar a bom termo até o final do Governo do Presidente Figueiredo.

Correio — Gostariamos de mudar um pouco a ênfase da discussão. Pelos documentos que têm sido apresentados, as propostas alternativas que têm sido apresentadas, parece que o ponto principal, que está tocando todo mundo — empresários, trabalhadores, as empresas estatais, o Governo — é a recessão. Estamos com um crescimento zero do PIB programado para este ano. Pelo programa combinado com o FMI, esse crescimento zero se repetirá no próximo ano e, então, já iremos para o terceiro ou quarto ano de crescimento negativo do produto. E isso que está afetando a todos nós. A pergunta é feita inicialmente ao senador Severo Gomes — que também é empresário e deve sentir na sua empresa esse problema: é possível, na sua opinião, conseguir um programa não recessivo, apenas rompendo com o FMI, com o capital externo?

Severo Gomes — E preciso lembrar o seguinte: nós estamos com essa recessão toda, e uma recessão que vai se agravar enormemente com as medidas que estão sendo implantadas, como é o caso do Decreto-lei 2.045. Porque esse decreto-lei não tem nenhuma lógica com relação à contenção da inflação. Mesmo porque, se redução de salários ajudasse a conter a inflação, ela já deveria estar domada, porque os salários estão baixando no País, e a classe média sofreu o maior desastre da sua história.

Alternativas para a CRISE

Todos esses meses e nos anos anteriores, principalmente a classe média e, ultimamente — vamos dizer — até aqueles que tinham os 10%, com essa inflação crescente e vertiginosa sofrem a perda de salários a cada semana. Então, por essa lógica, não se combate a inflação. Mas, então, qual é o objetivo? E realmente com a compreensão da economia, com a recessão, gerar excedentes exportáveis, facilitar a drenagem de recursos daqui para fora. E isso aí significa obter saldo na balança comercial. Então vamos obter seis bilhões de dólares, a metade do nosso serviço da dívida: essa é a lógica do sistema financeiro internacional, essa é a lógica do FMI, que é o seu auditor aqui dentro.

Correio — Mas se deixarmos de transferir essa renda para o exterior, durante três anos, por exemplo, isso poderá significar maiores investimentos a nível interno?

Severo Gomes — Não significa só o problema de transferência de renda. Significa tomar decisões autônomas, com relação ao nosso desenvolvimento: aonde vamos investir, qual é a política salarial, qual é a política de investimentos. Se amanhã conseguirmos, com a vontade nacional despertada, a decretação de uma moratória unilateral, poderemos negociar a carência necessária, as taxas de juros adequadas ao nosso crescimento — quer dizer, uma negociação externa que não abra mão dessa questão fundamental que é o desenvolvimento nacional, que é o bem-estar da grande massa de brasileiros. Nós temos todos os elementos para isso, nós vivemos num País que tem indústrias modernas em todos os setores, tem uma agricultura que é a que mais cresceu nos últimos 40 anos, tem hoje quadros intelectuais, cientistas e professores, burocratas, num nível da maior competência; temos recursos naturais, como nenhum outro país do mundo, a não ser a Rússia. Então, temos hoje uma grande potencialidade para andarmos com as nossas próprias pernas. O que nos falta é mobilização das forças sociais e políticas do País, essa consciência que nós devemos avolumar forças para governarmos os nossos destinos. E teremos todos os nossos elementos para retomar o desenvolvimento. O que não podemos é gastar dinheiro com investimentos — como é o caso da Nuclebrás — quando o orçamento do Ministério da Saúde, os gastos na área social, todos eles estão sendo reduzidos e nós... continuamos com problemas que não condizem com o interesse da grande maioria do povo.

Correio — E sobre esse aspecto, mais uma vez, da recessão: o sena-



Lauro Campos:

Homens de muitos princípios são perigosos. Os princípios da UDN fizeram a revolução em 64

dor Roberto Campos coloca como prioridade, e o Governo também, o programa do FMI também, o combate à inflação. Perguntamos: como o país já experimentou uma inflação alta durante tanto tempo, não seria melhor continuarmos com uma certa dose de inflação, mesmo ao redor de 100%, durante mais alguns anos, mas seguirmos um programa diferente voltado para o investimento interno, para podermos sair da recessão em que nos encontramos?

Roberto Campos — Em primeiro lugar, a inflação é como gravidez: não há uma pequena gravidez, ela sempre tem um desenlace fatal. Segundo, em qualquer país do mundo, a inflação é o maior desestímulo ao investimento. Se nós queremos, quisermos sair da recessão temos que promover investimentos, e não conseguiremos promover investimentos nessa situação inflacionária. Com 100% de alta de custos e explosão de orçamentos o investidor privado simplesmente não investe; não investiu em 1963 e não está investindo hoje. O investidor estrangeiro foge porque tem a certeza que a inflação se seguirá a desvalorização cambial. O Governo, este sim, pode continuar os investimentos, por algum tempo, mas com explosão dos orçamentos e aceleração da corrida inflacionária. Não, há, portanto, meios de se procurar retomar o crescimento sem primeiro fazer um esforço sério de conter a inflação. Isso não é peculiaridade brasileira; é uma tragédia encontrada em toda a história mundial. Será que romper com o FMI nos daria alguma folga? Por ser mais velho, talvez, que qualquer outro aqui na mesa eu tenha um pouco mais de experiência com isso. Assisti a essa peça de teatro,

quando o Juscelino Kubitschek, com um grau de emocionalidade comparável ao de hoje rompeu com o Fundo Monetário Internacional. Durante um período curto ele conseguiu manter importações, vendendo promessas de venda de câmbio, mas quando chegou o momento do pagamento não havia divisas para honrar os compromissos. Já havia mudado o Governo: ascendera Jânio Quadros. E a minha primeira missão, logo nos primeiros dias do Governo de Jânio Quadros, foi ir ao Clube de Paris, enquanto o embaixador Moreira Sales ia a Washington para obter o reescalonamento de dívidas insustentáveis. A primeira reação dos bancos e governos credores foi simplesmente: "Negociem primeiro com o FMI". Rompermos com o FMI, não nos traria nenhuma folga; ou antes a folga seria ilusória, porque há bancos ainda dispostos a financiar nossas importações, que cessariam de fazê-lo. Haveria uma interrupção abrupta durante um momento de choque. Em segundo lugar, nossas exportações dependem de financiamentos externos: há o pré-financiamento de exportações e há o desconto de contratos de exportação. Isso cessaria. Em ambos os casos a diminuição da potencialidade de exportar, e da capacidade de importar, resultaria em mais desemprego. Não vejo, portanto, em que seríamos auxiliado por essa atitude emocional de ruptura com o FMI que, aliás, não nos impôs nenhum programa, apenas solicitou que o Governo brasileiro apresentasse um programa coerente. Se o Governo brasileiro decidisse tributar fortemente vários setores da comunidade, talvez até pudesse ter uma política salarial mais lenta, apesar de que eu vejo que o PMDB está de acordo com o Fundo Monetário Internacional; deve haver uma adequação dos salários reais à produtividade, se a produtividade nacional baixou é impossível evitar que baixa remuneração dos diversos fatores, e um dos fatores, o mais importante, certamente, é o fator trabalho. Não tenhamos ilusões. Num momento de emocionalidade, de afirmação machista, nós podemos romper com o Fundo Monetário Internacional; e que virá depois a farra? Depois dessa farra nós teremos uma manha amarga de desilusão. E provavelmente teremos que voltar novamente ao Fundo Monetário Internacional porque não encontraremos apoio na comunidade financeira internacional.

Severo Gomes — Todos esses créditos a que você se refere, financiamentos, nós já não temos, nós já estamos atrasando pagamentos...

Roberto Campos — Esses fundos foram negociados... As importações continuam fluindo para o Brasil. E sua vasta maioria, de acordo com as instruções do Banco Central, são financiadas a 180 dias de prazo. Se não houve ainda cessação de continuarmos importando, é porque temos crédito residual. E haveria mais créditos se nós já tivéssemos chegado a um acordo com o Fundo. O que está obstaculizando os chamados Projetos número 3 e 4 não é a falta de vontade dos bancos de estenderem créditos, conquanto não queiram estendê-los no volume que desejamos. E o fato de não termos chegado a um acordo com o FMI, dando à comunidade internacional a impressão de que realmente não queremos combater a inflação. E devemos evitar medidas como essas sugeridas pelo deputado Ulysses Guimarães abruptas e unilaterais: "A dívida será paga num prazo nunca inferior a 25 anos". Ele não distingue sequer os diversos tipos de dívida, por exemplo, a dívida com o Banco Mundial, e a dívida com o Banco Interamericano, que já são praticamente a 25 anos, e a juros fixos. Depois continua: "Devemos, não negamos, mas pagaremos quando pudermos e quanto pudermos". Sem negociar com o credor, preservando as condições de vida do nosso povo e o interesse nacional. Agora, depois de ler com cuidado isso, entendo porque um banqueiro, meu amigo brasileiro, que está em Nova Iorque, telefonou-me hoje de manhã dizendo: "Vocês inventaram as brasileiras". O que é isso? — pergunto eu. Responde ele: "Havia no Brasil uma onda de protestos contra as polonezas", quer dizer, as promissórias do Banco Central da Polónia reconhecendo a dívida e dizendo que sua liquidação ficava subordinada à existência de disponibilidades, provavelmente geradas pelas exportações. Ora, o que o PMDB está dizendo à comunidade financeira internacional é a seguinte: ficam as promissórias brasileiras convertidas em "brasileiras"; p garemos quando pudermos, e quanto pudermos". E neste momento entendemos que o prazo deve ser de três anos de carência e 25 anos de pagamentos. Essas condições podem até ser realistas, e poderiam mesmo tornar-se aceitáveis pelos credores, mas isso como resultado de negociação, e não como condição unilateral. Tal como foi enunciada a proposta do PMDB, o que teremos é a conversão das nossas promissórias em "brasileiras".

Correio — Não há dúvida que hoje, vivemos uma recessão. Agora, ao mesmo tempo, a inflação continua cada vez maior. O senador Roberto Campos falou há pouco na crise de estabilização. Gostariamos de perguntar ao senador: nós estamos vivendo hoje a recessão errada?

Roberto Campos — Sim, estamos vivendo a recessão errada porque no afã de evitar ajustamentos, não fizemos a transformação psicológica que seria necessária no comportamento do consumidor. Em suma, nós desperdiçamos 3 anos de recessão, sem realmente nos convencermos de que era preciso mudar o comportamento dos agentes econômicos e que era preciso reestruturar a economia. Foi, infelizmente, um período perdido.

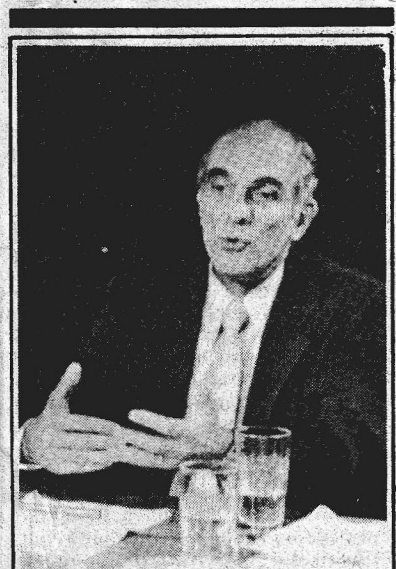
Correio — Gostariamos de perguntar ao senador Roberto Saturnino, o seguinte: Caso fosse feito esse rompimento com o capital externo, como é que o país iria resolver os seus problemas imediatos, como a falta de petróleo importado? Por que há uma proposta do PDT, de o País se voltar para si mesmo, ao invés de ter um modelo exportador, e assim procurar desenvolver o mercado interno que é amplo e um dos maiores do mundo. Como faríamos, nesse caso, senador Roberto Saturnino?

Roberto Saturnino — Quero pegar

a deixa do senador Roberto Campos dizendo que, de fato a inflação é um dos fatores que determinam a redução dos investimentos e que geram a recessão, o desemprego e tudo o mais. E somos a favor também de um combate à inflação, só que passando a fatura a outro grupo social, e não aos assalariados, principalmente aos assalariados de baixa renda. E não concordo com o senador, quando ele diz que toda inflação é inflação, quer dizer, comparando com a gravidez. Não, eu acho que existem gradações. Antes nós convivemos com uma inflação de 30, 40% ao ano, sem queda dos investimentos, porque a sociedade se conformou com isso e o empresariado tinha confiança na perspectiva do desenvolvimento econômico. Então, uma redução da inflação a patamares mais baixos seria muito útil à retomada do processo de desenvolvimento, desde que a conta seja passada a quem pode e deve pagar. Mas acho que existem outros fatores de recessão, de queda dos investimentos, que são tão importantes, ou talvez até mais do que a inflação. Eu citaria a especulação financeira, a qual já me referi. Quem pode fazer investimento a essas taxas de juros que estão vigindo no mercado financeiro nacional? Efetivamente, ninguém. Negócio honesto não dá. Então, só negócio desonesto ou golpes.

Roberto Campos — Infelizmente, é o Governo que fixa essas taxas.

Roberto Saturnino — Perfeito, estou de acordo. Mas o fato é que esse é um fator altamente recessivo e gerador de desemprego. Em segundo lugar, outro fator terrível é a falta de confiança no Governo, no seu setor econômico, na sua política econô-



Roberto Saturnino:

A inflação é uma disputa pelas fatias de renda global gerada no País. A questão é quem vai pagar

mica. Eu acho que um movimento político de consenso, de união nacional — para enfrentar esta situação com mudança dos ministros da área econômica, que perderam a confiança da sociedade brasileira, e com a elaboração de um projeto que fosse também objeto de apoio de todos os partidos políticos, dos diferentes setores da sociedade, distribuindo justamente o sacrifício do combate à inflação — isso restabeleceria a confiança e o nível de investimentos. Terceiro fator: acho que a presença do FMI, indo ao Palácio do Planalto ditar ordens, é um fator que aumenta a desconfiança do empresariado. A imagem do FMI é uma imagem de monetarismo ortodoxo, de restrições, de cortes de todo lado — e é claro que o empresariado vê o FMI aqui, a dar ordens, e o que é que ele faz? O empresariado corta os seus investimentos, dá uma retranca e vem mais recessão, e vem mais desemprego. Acho que um rompimento com o Fundo Monetário é uma posição arriscada. Entretanto, não é necessariamente a catástrofe. Nós defendemos o ponto de vista de que, no ponto em que chegamos às relações internacionais no âmbito econômico, esse rompimento do Brasil seria a abertura da porta para uma nova ordem financeira, uma nova ordem econômica internacional que, ai sim, poderia restabelecer a cooperação financeira internacional em outros termos, que possibilitassem aos diferentes países melhorar a sua situação econômica e retomar o seu investimento. Acho que o corte indiscriminado dos investimentos governamentais, corte nas estatais, não pode ser aceito. Claro que os investimentos das estatais, os investimentos do Governo, são um dos pilares dessa economia, talvez o principal pilar. Isso não pode ser cortado indiscriminadamente. Que se faça uma seleção, estamos de acordo, mas não pegar e dizer: corta 10% aqui, corta 15% em todos os investimentos, etc. Só traz uma consequência: derrubar a economia, derrubar os investimentos, aumentar o desemprego. Assim como acho que o corte nas importações também é discriminado é outro fator de recessão, porque as empresas ficam sem matéria-prima, sem peças de reposição, sem possibilidades de importar nenhum equipamento. E é claro que tem que haver um corte nas importações, mas vamos procurar dar uma certa seletividade. Acho que a chave da retomada desse processo de desenvolvimento, sem afetar o problema de balanço de pagamentos, está no setor de energia, e quanto à atividade econômica se pode gerar aí na substituição do petróleo e buscando desenvolver uma tecnologia nacional para essa substituição? Acho que aí está uma das chaves, senão a principal chave. Enfim, acho que é possível fazer muita coisa, desde que haja consenso político, apoio, uma base de sustentação política ampla e sólida, para um programa nacional de salvação deste País, de salvação da nossa economia — e que teria, certamente, o respaldo de amplíssimos setores da socie-

dade desde que o Governo recapitulasse um pouco mais de confiança, que ele perdeu totalmente, porque insiste em continuar nos mesmos rumos, com as mesmas pessoas dizendo as mesmas coisas e as mesmas falsidades.

Correio — O senador Roberto Campos considera possível um entendimento político, como admitiu o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães?

Roberto Campos — Considero não só possível como desejável. A rigor considero como uma condição de salvação nacional. O que é preciso é realmente discutirmos racionalmente e não passionalmente os problemas. Então, há uma grande dose de afinidade básica entre a posição do Senador Saturnino e a minha. A distribuição dos sacrifícios pela comunidade podia ser melhorada. A rigor, há setores que ainda não estão carregando sua adequada carga tributária.

— Roberto Saturnino — E acho que isso, politicamente é viável, o Sr. não concorda?

Roberto Campos — Acho perfeitamente viável. Concordo em que o "open marketing" é uma tremenda transformação dos seus propósitos originais. Isso deve ser corrigido. Considero que algumas das sugestões para a nominalidade de títulos, que permitiriam, então, com que a tributação progressiva fosse realmente progressiva era um meio de redistribuir melhor o impacto sobre a comunidade. O que quero é racionalidade, uma visão desapaixonada das coisas, sem essas erupções emotivas, às vezes nos atacam, e uma discussão realmente em torno de um projeto nacional que eu chamo de solvência, porque todo mundo fala independência, mas não há independência sem solvência. Precisamos primeiro ser solventes, para então fluirmos totalmente os benefícios da independência. Um Brasil insolvente pode dizer-se independente, mas não o é.

Correio — Como será possível chegar a um entendimento, entre propostas e forças tão antagonistas?

Dercio Munhoz — Eu acho que esse entendimento exige evidentemente uma certa organização da sociedade e uma certa organização do País. E o programa do Fundo — esta é a questão colocada pelo Arnolfo Carvalho, se coloca, nisso aí, como um entrave ao entendimento. Por quê? Porque nós estamos vendo que as contradições se tornam mais agudas dentro do País, porque o programa do Fundo não é como parece, que ele vai dar folga ao País para restabelecer o nível de emprego. Não é isso, o programa do Fundo não vai restabelecer as condições de solvência externa, pois os recursos são muito pequenos. O programa joga o Brasil nos braços dos banqueiros, com uma exigência de que nós paguemos juros de 17% ao ano, ou seja, de que paguemos este ano 12 bilhões de dólares de juros — eles estão financiando 4, nós devemos pagar 8 bilhões de juros e não temos recursos. Então, vamos ao Fundo mas com a economia estagnada e a recessão se aprofundando, o emprego se aprofundando e a inflação se acelerando. Então essa é que é a questão do Fundo, não é uma questão apaixonada, é que o programa deles não resolve nenhum dos problemas do País e agrava dois, vitais, que são o desemprego e a inflação. Então, vejo que a implementação desse programa, a cada mês, encurta o espaço para que a sociedade organizada possa discutir politicamente a saída. Por isso é que se defende a paralisação do programa do Fundo para a gente não ir até o final, que corresponde a cortar os 20, 30% da massa de salários, no mínimo. Os meus cálculos chegam até a mais um pouco. E o Fundo Monetário diz taxativamente que são 30%, ou pessoa ligada ao Fundo. Eu digo o seguinte: como é que vai se restabelecer investimentos, que é uma preocupação válida do senador Roberto Campos, é uma preocupação válida de todos nós? Como restabelecer investimentos se, agora, com a massa de salários reduzida aos níveis atuais, antes de sofrer uma nova redução de 30%, essa massa de salários não tem demanda para manter o parque produtivo em funcionamento? Nós estamos com uma capacidade ociosa muito grande e crescente.

Correio — Como operar concreta e objetivamente esse entendimento, senador Roberto Saturnino?

Roberto Saturnino — Vocês botam o dedo na ferida. E isso mesmo, é o que a Nação toda está a se perguntar e a perguntar aos políticos. E as respostas estão vindo. O meu partido, o PDT, já há muito se dispôs a esse entendimento. O PMDB, pela voz do seu presidente, aceita a tese do entendimento, da negociação política, econômica e tudo mais. Os empresários, com o seu manifesto, ofereceram à Nação acho que um excelente ponto de partida para toda essa negociação. O próprio senador Roberto Campos — que é uma das vozes mais expressivas do PDS — disse e se manifesta de acordo, dizendo que não só é viável, como é necessário, é indispensável esse entendimento. Assim como vários outros parlamentares e representantes do PDS. O que é que está faltando? Num regime presidencialista a iniciativa desta convocação é do Presidente da República: isso é que precisa ser dito. O Presidente da República é que tem que convocar a Nação, os partidos de oposição, as lideranças trabalhistas, as lideranças empresariais, para esse grande diálogo, do qual se extraia, do consenso nacional, pelo menos que abranja uma maioria significativa, expressiva e largamente majoritária da Nação. O vice-presidente Aureliano Chaves, quando na Presidência, deu demonstrações de que isso é possível, recebeu empresários, recebeu trabalhadores ainda na semana passada, aqui em Brasília. E cabe ao Presidente da República tomar essa iniciativa. E claro que ele não quer e não pode jogar essa iniciativa no vazio, ele tem que fazer previamente sondagens para determinar quais seriam as linhas gerais e os pontos principais desses entendimentos. Por que não se começa isso? Por que não se fazem essas sondagens, por que o diálogo entre os partidos não se estabelece para calçar e formar a base de um entendimento, a partir da qual o Presidente da República convoque os partidos, as forças políticas, as

forças econômicas, para isso que toda a Nação está ansiando, que é o entendimento nacional, capaz de dar respaldo a uma verdadeira política econômica de salvação deste País e de recuperação da nossa economia?

Lauro Campos — Eu gostaria de fazer duas observações: a primeira é a respeito de uma assertiva do Ministro Roberto Campos, segundo a qual não existe investimento com inflação. Essa assertiva é algo de estardalhaço, diante da afirmação de dois economistas muito respeitáveis, que por acaso estão comemorando hoje, neste ano, um centenário de morte e o outro o seu centenário de nascimento. Um é Karl Friedrich Marx, e o outro é o Lord John Maynard Keynes. De acordo com ambos, em um pensamento quase que idêntico, quase que vazado nas mesmas palavras, eles afirmaram que o processo de acumulação de capital que inaugura a idade moderna, a era moderna, se inicia quando o Novo Mundo fez afluir para o Velho Mundo, o ouro e a prata, provocando a inflação secular dos séculos XVI e XVII. Essa inflação dinamizadora dos investimentos, necessária à economia capitalista e à sua dinâmica, ela se repetiu durante a Revolução Industrial. De modo que, então, Barton e Malthus se referem a ela, aos seus efeitos salutares, sobre a redução dos salários e o aumento dos lucros. De modo que, então, é estranho, se trata aqui apenas do combate à taxa de inflação. Se a inflação fosse realmente superada, isto significaria que haveria insuficiência de demanda agregada para a economia e nós estaríamos numa depressão permanente, numa depressão semelhante à de 1929. De modo que o problema da economia é aumentar a demanda efetiva, e o sintoma de que a demanda efetiva, a demanda global — foi aumentada é uma elevação de preços. E a queda de preços, foi aumentada é uma elevação de preços. E a queda de preços, a deflação, é sintoma de que a demanda se tornou insuficiente para absorver a totalidade da produção àqueles preços de mercado. Portanto, a deflação e a crise que a acompanha são fenômenos que perturbaram a economia industrial capitalista, a partir da crise de 1818, da crise de 1825, de 1837, até a crise de 1929, onde esse problema foi invertido, através da demanda estatal, da demanda governamental, dos desequilíbrios orçamentários, dos dispêndios do Governo, dessa hipertrofia governamental que dinamizou a economia e que agora entra em crise. O Governo não pode mais contratar a mão-de-obra desempregada pelas máquinas. Hoje há quem afirme, de acordo com o seu ponto de vista específico, querendo retomar uma posição no Governo, que a solução para voltarmos a um "laissez faire", a uma economia liberal, desenterrando esta acumulação estatal, abrindo a economia de novo a novos investimentos em outros setores que deveriam ser entregues ao capital estrangeiro etc., através de novos estímulos e incentivos a esta cooperação que é tida por este grupo — que quer retornar às rédeas do poder — como altamente benéfica para nós. E outros ainda que querem permanecer no poder. De modo que, então, cada um desses grupos, infelizmente, tem uma visão parcializada do problema. O assalariado, a massa popular, está completamente alheia a esses acordos, a essas unidades, a essas uniões, a essas propostas que estão sendo mais ou menos tentadas atualmente. Eu acho que, infelizmente, nós devemos esperar 1936, nós devemos esperar 1939, quando a crise de 1929 começou a ser superada. Realmente, ela só foi superada em 1941. De modo que, então, eu acho que a potencialidade crítica hoje é superior. E há uma emergência, uma premência, os industriais querem retomar as atividades, os banqueiros querem manter a sua taxa de lucro, os tecnocratas querem manter os seus cargos e o seu poder, no Governo. Então, a partir daí o que existe com essa premência toda é que nós podemos tomar medidas que são fora do "timing", elas não terão eficiência se não vierem no tempo devido. Schumpeter acha que a economia capitalista é dotada de um processo de dinamização destruidora, é preciso, de acordo com Marx, reduzir a composição orgânica, ou de acordo com o ministro Roberto Campos, que haja uma sangria depuradora da economia — os termos são dele. Então, esta sangria depuradora significa redução do capital constante, significa reduzir o excesso de capital produtivo, produtor, de acordo com Keynes. Então, é necessário que haja um processo, um "timing", para que isso se realize e para que, então, medidas — se houver medidas nesse estágio — sejam então tomadas. Medida tomada fora do tempo é como querer recuperar uma criança de sarampo no primeiro dia de febre dando, por exemplo, uma injeção de penicilina — pode piorar o problema. Tem uma evolução o processo, tem "timing", tem uma duração. E as medidas não podem ser urgências pelos impetus individuais, pelos interesses individuais e pelas particularidades dos grupos de interesse que dominam o pensamento.

Correio — Professor Lauro, pelo que entendemos da sua colocação, a crise é gravíssima e ainda não chegamos ao ponto mais alto dela. Ela ainda vai continuar por longo tempo. Mas o quê, neste momento — a questão do "timing" que o sr. falou — pode ser feito? E esse consenso nacional, que os políticos estão propondo? O que é mais premente, agora?

Lauro Campos — Eu acho o seguinte: existe evidentemente algumas urgências. Se nós, por exemplo, não cuidarmos do problema externo, é óbvio que nós permaneceremos paralisados.

Correio — O sr. concorda com esse rompimento com o capital externo, com esse tipo de renegociação?

Lauro Campos — Concordo com esse rompimento, acho que esse rompimento tem que ser definitivo, tem que ser um rompimento bastante duro, porque, se nós pelo menos não ameaçarmos esse endurecimento, não obteremos as condições mais vantajosas. Em 1937 o grande ministro — não gosto de fazer elogios, a governos despóticos ditatoriais, — mas Osvaldo Aranha, não há dúvida

O FMI sabia onde o país ia parar

nenhuma que soube comandar o processo de relacionamento, naquele momento, da economia brasileira, conduziu a moratória, e a conduziu muito bem, no meu ponto de vista. Ele reduziu mais ou menos a 30% a receita das exportações que seria afetada com o pagamento dessa dívida externa. De modo que, então, nós teríamos aí, se a coisa fosse mais ou menos essa, nós teríamos aí um alívio, para que as nossas importações necessárias de insumos básicos, petróleo etc, fossem importadas.

Décio Munhoz — Pelo que entendi, o professor Lauro diz não é rompimento, é o confronto com o sistema para nós tentarmos obter melhores condições de renegociação. Porque, com o programa do Fundo vamos chegar a esse confronto, eu digo, delatados, agachados. Então, temos que fazer esse confronto agora, de pé, propor alguma coisa que interesse ao sistema financeiro, mas que não destrua o País. Então, eu estou de acordo com o professor Lauro: este confronto tem que ser feito, e logo, propondo algo viável, mas algo que permita ao País se recuperar o nível de atividade e o nível de emprego, porque, senão nós estaremos, em 1985, no final do programa, contabilizando 8 milhões de pessoas que chegam na cidade, porque a zona rural está libertando mão-de-obra, 8 milhões de pessoas que não encontram emprego. O País não aguenta. Então, acho que o confronto tem que ser mesmo com uma proposta.

Lauro Campos — Eu gostaria de dizer só mais uma coisa, que acho importantíssima: na crise de 1857, na crise de 1907, por exemplo, em todas as crises, a taxa de juros subiu; na crise de 1907, de acordo com Tugan Baranowsky, no livro dele sobre as crises industriais na Inglaterra, subiu de 2,5 até 3%, a 125%. Hoje, nos Estados Unidos, a taxa de juros está sendo artificialmente controlada, ela está sendo controlada graças a um controle de inflação que não vai subsistir diante das vésperas da eleição. Quando o Governo aumentar para 230 bilhões de déficit orçamentário que ele tem este ano, a taxa de inflação nos Estados Unidos, vai subir e a taxa de juros internacional vai chegar a um nível superior àquele que ela estava há pouco tempo: a bem mais de 20% ao ano. E aí, então, quaisquer esforços nossos de tentativas de pagamento serão completamente vão, completamente inúteis. A taxa de juros poderá caminhar para os 125% ao ano que ela atingiu na crise de 1907, quando ela era de 2,5%.

Correio — Aí nós entramos na questão da renegociação que está sendo conduzida neste momento pelo ministro Delfim Netto. Parece que a sociedade, de uma forma geral, vinha pedindo, uma renegociação ampla, talvez global, e no entanto está sendo conduzida uma renegociação apenas parcial, o Governo vai negociar com os banqueiros apenas as amortizações e não os juros. Nós colocáramos para o professor Décio Munhoz e, logo em seguida, para o senador Severo Gomes, essa questão: quais são os pontos básicos da proposta de renegociação que poderia ser feita no lugar dessa renegociação do Governo — esquecendo um pouco a questão da moratória, que parece descartada, pelo menos durante esse curto período?

Décio Munhoz — Acho que a renegociação foi feita nas etapas anteriores, muito tendo em conta os interesses de sobrevivência dos negociadores, e não do interesse do País. Então, as negociações foram malfeitas, nós estamos repetindo erros passados. Nós não podemos dizer aos bancos, hoje, na renegociação, que nós não podemos pagar esses 17%, que queremos juros de 5%. Não há condições porque é muito complexo, isso tem que ser discutido ao longo de um ano, dois anos, ao nível internacional. Mas é essencial. Nós não podemos dizer aos bancos e aos outros países que queremos abertura de mercado para pagar a dívida com mercadorias, porque isso é uma questão para ser discutida a nível internacional.

Mas, nós temos que dizer aos bancos que queremos espaço para discutir. Espaço para discutir significa "não ao pagamento de juros, porque nós não podemos; empréstimos mais automáticos para pagar prestações de juros, garantidos por um ano ou dois anos, para que possamos restabelecer as importações a um certo nível, e reavivar a economia. Depois, então, vamos sentar a mesa para discutir o essencial: taxa de juros. O Brasil não pagar mais do que 5 ou 6% de juros. É uma questão complexa. O mundo, segundo até onde eu tenho a visão, jamais se defrontou com algo com a amplitude dos desequilíbrios e com a generalização dos problemas de desequilíbrios, de tantos países. Tem que enfrentar esse problema, tem que enfrentar o problema de comércio, porque ninguém paga, a não ser no comércio ou com empréstimos novos. Então, temos que abrir espaço para uma proposta concreta.

Correio — Senador Severo Gomes, o senhor não acha que seria mais viável, a curto prazo ao invés da moratória que o PMDB propõe, essa renegociação mais ampla, de chamar os credores e pedir os três anos de carência?

Severo Gomes — Em primeiro lugar, ninguém faz negociação sem capacidade de contrato, quer dizer, ninguém faz a negociação sem capa-

cidade de recusar a negociação. Se você entrar amanhã numa loja para comprar uma geladeira e quiserem cobrar 20 milhões de cruzeiros numa geladeira, "não quero", você é obrigado a comprar. Então, negociação só há quando você pode recusar os termos de negociação. E essa que é a questão de moratória. Os bancos individualmente não podem negociar carências, prazos longos, taxas de juros, eles têm aplicadores do outro lado. Só no rompimento, com a declaração de moratória é que você adquire a capacidade de confronto, e confronto para negociar. Aí eles se sentarão à mesa, porque a nossa atitude, então, terá tal capacidade de perturbação da própria ordem econômica internacional, que já está em frangalhos, já vamos encontrar um sem-número de países associa-



Roberto Campos:

Num momento de afirmação machista podemos romper com o FMI. Mas e o que virá depois da farra? Desilusão

dos, e que estão sofrendo os constrangimentos que nós estamos sofrendo, para realmente podermos negociar e construirmos uma nova ordem econômica internacional mais justa. E ninguém constrói ordem econômica internacional mais justa conversando na mesa. Por quê? Porque isso implica em melhor distribuição de renda em termos internacionais. Como é que um político na França, quer seja socialista ou não, vai discutir uma ordem econômica que signifique penalizar a sua população? Ele cai do poder no dia seguinte. Então, esta é a questão fundamental, em qualquer tipo de negócio, comprando uma cabra ou negociando a dívida externa, de poder recusar os termos da negociação. E nós hoje não estamos negociando, porque na realidade o Fundo Monetário Internacional não está apresentando uma forma técnica, como se fosse um enfermeiro de um grande hospital, ele está defendendo interesses concretos, ele é auditor do Sistema Financeiro Internacional — isso é negociação. Isso não significa essa fantasia da objetividade, isso é interesse concreto colocado na mesa. Agora, se nós admitirmos que é preciso ter objetividade para entender as razões do FMI, nós pura e simplesmente estamos aceitando a racionalidade do FMI que é destruidora da nossa vida como Nação independente.

Correio — Temos entre nós dois ex-ministros do Governo Castello Branco. O primeiro do período pós-64, Governo também que criou esse quadro institucional, econômico, com o qual nós convivemos até hoje, o que foi também o governo a organizar essa crise de estabilização de que fala o ministro Roberto Campos. Curiosamente, tanto no documento dos empresários, como especialmente no documento lido pelo Presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, há referências específicas a várias organizações criadas neste Governo, em que se pede, aparentemente, que elas voltem aos trilhos originais; uma delas é sobre o BNH, em que são feitas referências específicas, ao alto índice de reajuste de prestações — esse índice de 130%, com o qual a Nação brasileira foi obrigada a enfrentar agora — e, do qual se pede, até como uma condição para sua sobrevivência, que passe a se dedicar mais a habitações para a população de baixa renda. E o outro é o Banco Central: o presidente do PMDB disse explicitamente que as instituições monetárias deveriam ser reformadas, de maneira a concentrar no Banco Central o efetivo controle da criação de liquidez. Aparentemente, tanto num caso quanto em outro era exatamente isso que se pretendia na época. Perguntáramos ao senador Severo Gomes e ao senador Roberto Campos: houve um desvirtuamento de objetivos?

Severo Gomes — Quem poderá responder melhor será o senador

Roberto Campos que, realmente, desde o início do Governo Castello Branco trabalhou no sentido da ação do Banco Nacional da Habitação e do Banco Central. Eu gostaria só de lembrar que o BNH, na sua constituição, presumia a aplicação da grande massa de seus recursos para, realmente, resolver o problema da casa popular. E eu até entendo que esses objetivos não foram alcançados por uma razão elementar: porque a grande maioria dos assalariados brasileiros não tem renda para comprar uma casa. Quero dizer, a solução da casa popular é uma questão social que passa, certamente, por subsídios. E eu gostaria de lembrar as referências que o senador Roberto Campos fez ao discurso do deputado Ulysses Guimarães, presidente do Partido, dizendo que o deputado Ulysses Guimarães fez um discurso defendendo o fim dos subsídios. Mas eu, pessoalmente, estou com o professor Décio Munhoz. Eu acho que há muitos casos em que há necessidade de se subsidiar determinadas atividades, principalmente na área social, na questão do crédito agrícola, como também há certos subsídios que são ininteligíveis. Para se dar um exemplo: o Fundo 157, que está aí, e que é apenas uma forma de especulação financeira. Eu acho que o senador Roberto Campos, que foi — vamos dizer — o idealizador do BNH e do Banco Central, poderá colocar estas questões com mais propriedade.

Roberto Campos — Em primeiro lugar, certamente no Governo Castello Branco não organizamos uma crise, seria masoquismo organizar crises. Nós sofremos uma crise de desestabilização, como sofrem todos os países que são suficientemente imprudentes para se lançarem na hiperinflação. Quanto à pergunta específica sobre o Banco Central e o BNH, eu diria que o Banco Central certamente foi desvirtuado em suas finalidades. Ele foi concebido como controlador e não como cúmplice da expansão monetária. Não foi concebido para se tornar um banco rural fornecedor de subsídios. Essas funções são estranhas ao Banco Central e é urgente recompor o com sua vocação original. Quanto ao BNH, há ressalvas a fazer e muitos o fazem, quanto, talvez, a uma ênfase exagerada para habitações de classe média ou mesmo de classe média de um extrato superior, ao invés de concentração maior na habitação popular. Especificamente, no tocante à prestação de 130% me cabe notar o seguinte: se essa prestação significa mero registro da erosão do valor do principal, quer dizer, do capital do banco que foi emprestado, então não há como escapar a isso, porque de outra maneira se estaria erodando o capital do banco. Isso significaria que futuros pretendentes à habitação não teriam acesso a ela. Estar-se-ia dando subvenção aos atuais possuidores de imóveis. O que me parece ter acontecido é que houve na realidade, em muitos dos contratos, uma sobre-estimação da renda familiar, e quando se colocou o problema da prestação descobrimos, muitos mutuários, que realmente a sobre-estimação da renda familiar — que os levava a assumir esses compromissos — se provou punitiva, e todos eles estão simplesmente angustiados. Eu tenho a impressão que, talvez a única solução seja na realidade estabelecermos um princípio de que será mantida firmemente e intransigentemente uma prestação que represente, em relação à casa própria, o valor proporcional que ele representava inicialmente em relação ao salário. Fixada inicialmente a porção do salário representada pela prestação de casa própria, essa prestação evoluiria, de acordo com os salários. E se coloca o problema da subvenção. É preciso descobrir quem é que paga a subvenção. E aí temos que pensar duas vezes. O Governo já está sobrecarregado por subvenções. Isso é parte do déficit, isso se traduz em recursos do mercado de títulos, isso se traduz em alta da taxa de juros; todo mundo detesta as taxas de juros altas que são formadas não pelo setor privado, propriamente, pelo Governo, todo mundo detesta as taxas de juros altas, mas se esquecem de que, em não havendo subvenções financiadas e em funcionamento, o Governo tem que recorrer ao mercado de títulos, e com isso força a alta da taxa de juros. É preciso examinarmos bem as implicações do problema. Aprioristicamente é muito difícil exigir do assalariado, mesmo que ele tenha calculado mal a sua renda inicial e isso o levou a assumir um compromisso inviável, é muito difícil exigir dele que pague uma proporção maior do seu salário do que a proporção original. Precisamos daqui por diante analisar cuidadosamente as estimativas de renda familiar e exigir que daí por diante que elas se cumprissem prestações para evitar-se a percentagem inicialmente da renda familiar.

Gostaria de voltar rapidamente a algumas das postulações do nosso amigo, o entusiástico debatedor Lauro Campos. Parece que podemos resumir esse raciocínio no seguinte silogismo: a inflação encoraja investimentos porque estimula o espírito dos animais de que falava Keynes. Os investimentos aceleram o desenvolvimento econômico, logo se deve aumentar a inflação para acelerar o desenvolvimento econômico. Ele fez algumas afirmativas de que a inflação não interfere com os investimen-

Alternativas para a CRISE

tos. Os investimentos dependem da poupança. O que verificamos é que a poupança interna está declinando; já chegamos a poupar 20% do PIB, e estamos poupar apenas 14%. A poupança externa, que seria outra forma de financiamento de investimento está declinando. Portanto, os investimentos declinam em função da inflação que desencoraja a poupança interna e desencoraja a poupança externa. Voltamos ao ponto de partida. Por que declinou a renda? Por causa da aceleração da inflação, que por sua vez desencorajou os investimentos internos e investimentos externos. Algum tipo de inflação que esteja dentro dos limites de tolerância da sociedade é compatível com a preservação de investimentos. Qual o limite de tolerância da sociedade?

No caso dos Estados Unidos é de 6 a 8%; no caso da Itália era 15%; no caso do Brasil já chegou a 20, 25%. A esse nível de inflação não era possível fazer investimentos, particularmente porque os efeitos de liquidez foram eliminados pela correção monetária. A correção monetária permitia um ajustamento tal que era possível poupar em termos reais, nós produzíamos essa inflação, deflacional, pela correção monetária, o instrumento que fez com que uma inflação de 20 a 25% no Brasil fosse equivalente a uma inflação de 6% na Europa. Mas não é a correção monetária que neutraliza uma inflação de 100%, porque essa inflação não é inflação, é inflamação, é uma doença do corpo social. Gostaria de fazer um outro comentário sobre uma compilação do meu amigo, senador Severo Gomes. Diz ele que a ruptura com o FMI facilitaria as negociações. Francamente, eu não vejo como uma ruptura possa facilitar as negociações.

Uma ruptura provoca o quê? Ressentimento e desconfiança, talvez o credor não tem opção, talvez ele tenha que aceitar essas condições, mas aceitar de forma ressentida, de forma magoada e certamente bloqueará o influxo de novos créditos. Ele se contentará em receber ou ter o recebimento adiado, mas ele não vai promover novos investimentos.

Severo Gomes — Recentemente, as taxas de juros, a deterioração das



Décio Munhoz:

Com o Fundo nós vamos chegar a um confronto deitados. Temos que fazê-lo já, propor ainda de pé

relações de troca, a questão nacional, com toda essa história de dominação. Nós temos ressentimentos e não nos negamos a negociar.

Roberto Campos — Ressentimentos tem todo o mundo subdesenvolvido. Esses países fizeram um ajustamento necessário e nós não fizemos um ajustamento a tempo. E o que fazer? Essas taxas de juros internacionais refletem uma estimativa internacional de inflação, da mesma maneira que quando nós praticamos a correção monetária interna, por que é? Porque a expectativa do poupador é de uma condição da inflação. Assim ele vai partir para a moeda verde-amarela, quer dizer, uma demanda enorme de dólares e uma demanda enorme de ouro.

Não estou defendendo a posição, a política de Reagan. Acho que a combinação que ele adotou, de política monetária restritiva e política fiscal expansiva — que incidentemente é a política que vimos adotando até chegar aqui o Fundo Monetário — que o

Brasil estava com a política de Reagan: expansão fiscal e contração monetária, nós estávamos adotando essa perversa política de Reagan, contra a qual protestou o Fundo Monetário e da qual o Fundo Monetário quer nos afastar. O que o Fundo Monetário quer é compressão fiscal, para que se abra espaço para a expansão do crédito ao setor privado. Mas, primeiro você precisa comprimir...

O Sr. Décio Munhoz — foi apoiado pelo Fundo Monetário, pelos banqueiros, e não é um acidente que o Brasil teve, a má gestão econômica foi apoiada pelos banqueiros e pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Governo americano. Ele representa uma contrapartida. A OPEP fez 400 bilhões de saldo positivo, os países ricos consumiram mais 400 bilhões de dólares em petróleo, e nós estamos com a conta de 400 bilhões de dólares, não foi acidente histórico isso.

Roberto Campos — Eles atenderam os nossos pedidos lancinantes de crédito. É a primeira vez que ouço falar, quando o Banco do Brasil atende os pedidos lancinantes de um devedor que o Banco do Brasil está aprovando necessariamente a política do devedor.

Décio Munhoz — Os banqueiros pressionaram nessa política de endividamento, porque tinham interesse, e os países para poderem gerir os superávits da OPEP.

Roberto Campos — Nenhum banco obrigou o Brasil a tomar nenhum empréstimo e obrigou o Brasil a tomar nenhuma taxa; nós tomamos empréstimo porque quisemos. Apenas isso. Outros países não quiseram.

A Colômbia tomou muito pouco emprestado, resultado: tem 3 bilhões de dólares de dívidas e 6 milhões de reservas.

Décio Munhoz — As discussões internas sobre endividamento eram contidas na medida em que os banqueiros vinham ao Palácio. Os banqueiros vinham ao Palácio apoiar essa política salarial — o Sr. estava no exterior —, mas eles vinham apoiar a política e com isso cortavam o caminho da discussão que a sociedade fazia, e diziam ao presidente Gelsel: "essa política é correta de endividamento". Não só eles, como o Fundo Monetário Internacional, em seus relatórios anuais.

Roberto Campos — Desde quando precisamos pedir a aprovação dos bancos para a nossa política de endividamento? Nós queríamos nos endividar e os bancos simplesmente consentiram em nos emprestar.

Décio Munhoz — Nós, não, as decisões são autocráticas.

Roberto Campos — Os bancos nos impuseram empréstimos?

Décio Munhoz — Não. Nessa questão de política de endividamento existem três ou quatro pessoas, que tomavam as decisões.

Roberto Campos — Cite um caso de um banco que tenha forçado o Brasil a tomar um empréstimo.

Décio Munhoz — Os bancos? Que bancos? O negócio era excelente para eles. Era a política de endividamento que convinha a eles, senador.

Severo Gomes — O senador há de concordar que foi isso que permitiu arrumar as contas externas dos países industrializados. Isso não aconteceu à-toa, isso aí tem uma lógica, deixar de reconhecê-la é deixar de reconhecer a armação de forças que toma as decisões e conduz o negócio.

Roberto Campos — Meu caro Severo, o processo de ajustamento dos países industrializados, na primeira crise do petróleo, foi de uma severa recessão.

Décio Munhoz — Recessão que está custando 400 milhões de dólares para a gente.

Severo Gomes — E ainda jogando o peso sobre os países pobres, não produtores de petróleo. Veja qual foi o déficit da balança comercial brasileira e de outros países, nessa ocasião.

Roberto Campos — É surpreendente essa capacidade que nós temos de nos autodesculpamos. Temos que reconhecer francamente os nossos erros, porque atribuir...

Décio Munhoz — Nossos não, porque a sociedade não participou, senador. A sociedade não pôde participar, se impôs isso à sociedade, e se cortou o caminho para a discussão...

Roberto Campos — A sociedade não protestou contra aquele empuxe desenvolvimentista. O que a sociedade queria era desenvolvimentismo.

Roberto Saturnino — Desculpe, desculpe, nós protestamos e muito, senador. Discursos e discursos, claro que não saiam muito na imprensa. Muita gente da oposição protestou...

Décio Munhoz — Negativistas, maus brasileiros, pessimistas...

Roberto Saturnino — Éramos até impatriotas...

Roberto Campos — Não sei, retro o meu comentário, talvez o senhor tenha razão.

Correio — Isso aí coloca uma questão: afinal de contas, quem foi que se beneficiou com o endividamento externo? Agora, há pouco, em uma entrevista ao Correio Braziliense, o ministro da Indústria e do Comércio, Camilo Penna, dizia que tinham sido as classes média e alta que tinham se beneficiado com esse endividamento. O senhor concorda com isso?

Roberto Campos — Francamente, não tenho capacidade para isso. Quanto ao endividamento brasileiro,

alguém se beneficiou? Eu acho que foram as estatais, pois se 70% do nosso endividamento foi feito pelas estatais, quem se beneficiou?

Décio Munhoz — Elas foram forçadas a tomar dólares para manter a solvência externa do País. Foram usadas para isso, e usadas criminosamente para manter a solvência externa do País. E as estatais, contrariamente a muitas afirmações, respondem apenas por 16% do faturamento das empresas no Brasil, sendo que 8% é da Petrobrás porque distribui o seu produto. Todas as demais empresas públicas e sociedades de economia mista, fora a Petrobrás, respondem por um faturamento que corresponde a tão-somente 8% do faturamento global das empresas brasileiras. As estatais foram usadas e não só as estatais como a Petrobrás, a Eletrobrás, mas a própria Rede Ferroviária foi usada e está em situação semi-insolvente. Todas as estatais, e até empresas que não eram estatais, foram usadas para manter a solvência e manter um modelo inviável. Por quê? Porque satisfazia ao mundo industrializado, que procurava alocar os 400 bilhões de dólares a alguém. Esses 400 bilhões de dólares são os lucros líquidos da OPEP, que correspondiam ao consumo de petróleo aos novos preços dos países ricos. Não foi acidente, as estatais tiveram a grande responsabilidade de, com um bom cadastro, viabilizar essa mentira que foi tentarmos manter uma política de endividamento — embora se diga aí que era "absorção de poupanças externas". E isso é muito bom para o País: 100 bilhões de dólares!

Paulo Nicolli — Eu hoje fui um privilegiado, porque pude sentar à mesa com figuras tão ilustres do nosso País e podendo assistir de perto a esse importante debate. Mas eu vou "vender o meu peixe": quero informar aos senhores que dentro da nossa política de desestatização — e me parece que todos a consideram importante, já que ela não foi alvo de críticas nesta oportunidade — conseguimos desestatizar, até o momento, 79 empresas, 79 entidades estatais. A vida da comissão é limitada, e nós os trabalhos deverão terminar no próximo mês de julho do próximo ano, procurando demonstrar nesse período, concretamente, que é possível desestatizar. Agora, partindo daí a sociedade é que vai julgar: se ela considerar importante essa política de desestatização, deverá exigir o seu prosseguimento junto ao Governo Federal. Era isso o que eu gostaria de salientar.

Décio Munhoz — Eu acho que a sociedade vai apoiar e desestatizar a estrada de ferro do Corcovado, o Hotel das Paineiras e tudo mais. Agora, quanto à tentativa que já foi enalçada de entregar as grandes empresas, fundamentais ao futuro do País, entregar a troco da dívida, na tentativa de fazer ingressar 500 milhões ou um bilhão de dólares de capital de investimento direto, num momento em que ninguém está investindo no exterior, nem os países industrializados entre si, eu digo o seguinte: não estou de acordo com o programa de desestatização, quando isto envolve as grandes empresas que são essenciais ao país.

Roberto Campos — Essa colocação não é...

Décio Munhoz — Do seu ponto de vista, senador. Mas eu discordo, acho que isso é o suporte e que tem permitido que se faça disso uma grande Nação, a oitava economia do mundo. Agora, socialmente, os relatórios do Banco Mundial indicam que este é o país que ocupa o último lugar, dentre os países em desenvolvimento, em termos de concentração de renda, ou o primeiro lugar de renda mais concentrada. Isso é um tipo de modelo no qual a sociedade não foi ouvida e não pôde interferir.

Roberto Campos — Aliás, eu queria observar que, surpreendentemente, de acordo com o programa enunciado pelo deputado Ulysses Guimarães, ele propõe um aumento da eficiência e competitividade do setor estatal. Para que haja competitividade é preciso haver competição, para que haja competição é preciso eliminar monopólios. O PMDB está a favor da eliminação dos monopólios...

Severo Gomes — Eu já disse, senador Campos, que o discurso do deputado Ulysses Guimarães é uma proposta para debate. O Brasil inteiro defende o monopólio estatal...

Roberto Campos — Eu não defendo, não. Eu estou com Getúlio Vargas, que não queria o monopólio estatal. O projeto de Getúlio Vargas contemplava a criação de uma entidade estatal, sem monopólio, para marcar a presença do Governo nesse setor, mas preservando a competição. Foi uma combinação da UDN com o Partido Comunista que levou o monopólio aos resultados conhecidos.

Décio Munhoz — senador, nós vendemos a Fábrica Nacional de Motores para uma empresa estatal italiana, e a aceitamos aqui dentro. Temos que manter uma certa coerência...

Roberto Campos — A Fábrica Nacional de Motores, naquela ocasião fabricava geladeiras malfeitas, caminhões invendáveis e tinha uma granja de galinhas e ovos. Não vejo por que o Estado deva estar presente nestas atividades.

Décio Munhoz — Por que foi tão disputada uma fábrica de caminhões e por que as estradas estavam cheias de caminhões brasileiros?